
A Biblioteca Pública e a Pós-Modernidade Arquitectura e Gestão

JORGE PAIS DE SOUSA

Biblioteca Municipal de Cantanhede

As bibliotecas de leitura pública portuguesas à entrada do terceiro milénio assumem uma enorme variedade de formas arquitectónicas. Portanto, em contraste com uma secular situação de imobilismo, onde ao espaço fechado, escuro e desadaptado, sucedeu o espaço aberto, iluminado e funcional. Paralelamente à recuperação e adaptação de edifícios significativos que integram o importante património arquitectónico português, é agora possível encontrar novos edifícios expressamente concebidos de raiz, para neles funcionar um serviço avançado de biblioteca.

Até certo ponto, esta situação revela a autonomia dos municípios, pois as bibliotecas de leitura pública, em Portugal, são da exclusiva competência das autarquias e estão desafectadas de qualquer legislação nacional regulamentadora¹. Defendemos, aliás, que esta situação deve ser alterada num futuro breve, pois o défice de consciência autárquica sobre a importância de estruturar correctamente uma sólida política cultural ao nível do município, em termos do que, por exemplo, deve significar a manutenção e desenvolvimento do equipamento biblioteca, pode fazer perigar todo este esforço nacional de investimento, se não houver um determinado conjunto de exigências futuras a respeitar pelos municípios neste domínio.

É que decorre, desde 1986, um programa de intervenção no domínio da Leitura Pública, suportado pela Administração Central, através do actual Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBL) no sentido de financiar, conjuntamente, com a Administração Local, a constituição de uma significativa e moderna rede de bibliotecas que cubra todo o território continental.

Neste sentido, o programa consagra uma tipologia de espaços, estabelecida com base no critério da concentração populacional, assim: Biblioteca Municipal 1 com 578 m² de área construída para servir até 20 mil habitantes; Biblioteca Municipal 2 com 1149 m² para servir entre 20 a 50 mil habitantes; Biblioteca Municipal 3 com 1650 m² para mais de 50 mil habitantes. Para além da definição de uma tipologia de espaços, estipulam-se, ainda, três condições fundamentais para que os municípios possam usufruir da assistência técnico-financeira pela Administração Central, a saber: criação pela autarquia de um quadro de pessoal especializado; a existência de fundos documentais actualizados e organizados em sistema de livre acesso às estantes; e a prática generalizada do empréstimo domiciliário².

Garantidos que foram os requisitos acima mencionados os municípios encontram-se, agora, em boa posição para que a sua candidatura receba o apoio técnico-financeiro desejado, com vista à concretização de um projecto desta natureza.

A especificidade do município e as suas aspirações culturais irão, certamente, influir nas linhas arquitectónicas da biblioteca. Também o meio em que o edifício será implantado e a criatividade do arquitecto serão factores que as bibliotecas deixam reflectir. Porém, a preocupação fundamental a influir na concepção do edifício deve ser a sua inteligente adaptação às funções que uma biblioteca avançada deve disponibilizar, bem como, a todos os requisitos técnicos inerentes ao seu cumprimento. É que a biblioteca pública deve consagrar espaços para ser utilizada por jovens e adultos, além de disponibilizar livros e outros documentos impressos, sonoros e audiovisuais. Deve, ainda, promover a utilização e divulgação das novas tecnologias da informação, para além de criar e promover eventos ligados ao livro e bens culturais afins.

Com efeito, há que reflectir sobre o lugar da biblioteca pública na sociedade, quando temos consciência que «o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna»³. Estas mudanças ocorrem, segundo Lyotard, nos anos 50, quando a Europa termina o processo da sua reconstrução. Paralelamente, a incidência das transformações tecnológicas no saber, como a informática e a telemática, assentam grande parte do seu desenvolvimento sobre os problemas da linguagem e da comunicação. Neste contexto, a sociedade tem de assegurar duas importantes funções: a investigação e a transmissão do conhecimento. E será este desenvolvimento tecnológico vertiginoso, propiciado pelas chamadas novas tecnologias da informação que irá ditar, em grande parte, a transformação das bibliotecas enquanto, precisamente, importante e secular veículo transmissor de conhecimentos.

É, ainda, Lyotard que refere como: «ao normalizar, miniaturizar e comercializar os aparelhos, se modificam já hoje as operações de aquisição, de classificação, de distribuição e de exploração dos conhecimentos. É razoável pensar que a multiplicação das máquinas informacionais afecta e afectará a circulação de conhecimentos, tal como o fez, em primeiro lugar, o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes) e, em seguida, dos sons e das imagens (*media*)»⁴. Também, Gianni Vattimo, considera ser característica da pós-modernidade a emergência do mundo da comunicação generalizada e com este o fim da ideia de uma racionalidade central da história e, paralelamente, a erupção de uma «multiplicidade de racionalidades “locais” — minorias étnicas, sexuais, religiosas, culturais ou estéticas (como os *punk*, por exemplo) — que tomam a palavra»⁵. Uma concepção pós-moderna de biblioteca deve assumir esta ideia do fim das grandes narrativas e como tal assumir-se como o espaço para o acontecimento, o diálogo e a interpretação. Ora, a natureza semiperiférica da sociedade portuguesa, compreendeu, apesar das enormes contradições no sistema de ensino, a necessidade das mudanças propiciadas na transmissão do saber e da cultura contemporâneas e, circunstancialmente, a necessidade de criar uma rede de novas bibliotecas públicas, nas quais o factor linguagem arquitectónica fosse apelativo, justamente, do espírito da pós-modernidade.

Portanto, a localização estratégica do edifício biblioteca e a sua arquitectura de exterior, passam a transmitir ao público a importância das actividades que ocorrem no seu seio. Em harmonia com o que ficou dito, deve existir a mesma preocupação na concepção, desenho e funcionalidade da arquitectura de interior, bem como do mobiliário de que a biblioteca dispõe.

De facto, e do ponto de vista metodológico, é nas questões de funcionalidade que há que intervir, e tirar ilações do riquíssimo capital acumulado a partir da experiência e do conhecimento proporcionados, entretanto, por oito anos de implantação do programa de leitura pública. E é ao nível da metodologia do planeamento que as exigências terão de ser maiores, pois é fundamental garantir que no processo de criação de uma nova biblioteca, que envolve a aplicação de muito dinheiro público, que o bom funcionamento e o desenvolvimento futuro desta infra-estrutura cultural vai acontecer. Sendo assim, é óbvio que o seu futuro funcionamento deva ser meticulosamente estudado. Ora, tem sido um erro estratégico em termos de planeamento que, para além da supervisão e acompanhamento dos técnicos do IBL, a equipa de planeamento da nova biblioteca a trabalhar no terreno e nos pormenores do projecto, normalmente, nunca esteja completa, do ponto de vista do conjunto de profissionais a apresentar pela autarquia

quando estabeleceu um Contrato-Programa com o IBL e com o qual garantiu o apoio técnico-financeiro. Embora tal facto não seja exclusivo do nosso país, pois, por exemplo, também na Grã-Bretanha tal tenha acontecido e «muitas bibliotecas foram construídas antes do bibliotecário ter sido designado»⁶. Todavia, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista técnico, é fundamental que tal exigência passe a ser consagrada, por exemplo, no próprio texto do Contrato-Programa a ser celebrado com a autarquia. Porque é bom não esquecer, «fundamentalmente uma biblioteca não é tanto um edifício mas mais uma organização do serviço»⁷, onde o bibliotecário e o arquitecto têm uma palavra de conjunto a dizer na sua concepção e planeamento. Com efeito, só a partir de uma concepção *moderna* da ciência foi possível aceitar a hegemonia das ciências sobre as humanidades e, conseqüentemente, a hegemonia de certas profissões sobre outras. Como sabemos, o «conflito entre as ciências e as humanidades é um dos conflitos culturais mais marcantes do nosso tempo»⁸ e constitui, inclusive, uma nota do espírito pós-moderno a capacidade de promoção do diálogo entre saberes diversos, pelo que, muito do prestígio futuro da profissão de bibliotecário, jogar-se-á na capacidade de empenhamento e afirmação social dos seus conhecimentos quando da materialização destes novos equipamentos. E será também com o contributo de um bibliotecário na fase de planeamento que se podem corrigir situações como a das insuficientes áreas preconizadas no relatório de Leitura Pública para o ali designado «Serviço Interno». Do nosso ponto de vista, as áreas designadas de Escritório, Manutenção e Armazém, propõem, globalmente, espaços insuficientes e inadequados para as funções de gestão e de tratamento técnico da documentação. Inconveniente decorrente da adopção do modelo francês de criação de novas bibliotecas nos anos 70, e da sua aplicação no terreno, esquecendo o seu carácter orientador, pelo que, caberá à figura do bibliotecário estudar, localmente, padrões mais adequados para estas áreas de trabalho, dentro do contexto mais amplo do planeamento e desenvolvimento global do serviço no tempo e no espaço.

A arquitectura da biblioteca nos anos 90

É um facto que, em Portugal, não existe uma tradição de arquitectura de bibliotecas. Eventualmente, teríamos de recuar ao século XVIII para encontrar uma política concertada pelo poder real neste domínio. Com efeito, entre 1711 e 1730, o rei D. João V fez edificar e instalar duas das mais emblemáticas bibliotecas portuguesas, respectivamente, a Biblioteca do

Convento de Mafra e a hoje conhecida como a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra. Ambos os edifícios atestam na sua arquitectura toda a grandeza e o esplendor do barroco⁹.

Mas se não podemos falar de uma tradição arquitectónica continuada neste capítulo, existe, por exemplo, uma tradição de arquitectura e construção de outro tipo de edifícios públicos, como é o caso dos hospitais e das escolas. Por isso e, também neste domínio, os modernos exemplos construídos procuram aprender com as mais recentes tendências no campo da edificação de bibliotecas.

Internacionalmente, a arquitectura dos anos 60, foi caracterizada por a estrutura do edifício biblioteca incorporar vários pisos e divisões, segundo o princípio de a cada espaço corresponder uma função e ostentando como «imagem de marca», a sala de leitura incorporando uma galeria superior, para potenciar os vãos de estantes a percorrer¹⁰ e deste modo tirar o máximo de partido do chamado «pé-direito» das salas de leitura. Em Portugal, o exemplo mais significativo deste modelo de arquitectura foi, porventura, aplicado na adaptação de uma biblioteca pública universitária, concretamente, referimo-nos ao edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, paradigmaticamente na sua magnífica sala de leitura e correspondente galeria superior.

Mas aquele modelo impõe limitações, dados os vários pisos e os vários vãos de parede que exige, sobretudo, quando pensamos em termos de comunicação entre pessoas e serviços, além de implicar maiores custos em termos de construção. Por isso, a partir desta estrutura condicionadora, podemos afirmar que este tipo de arquitectura de biblioteca implica um correspondente modelo de organização e gestão centralizadas.

Por estes motivos, a *biblioteca-galeria* é abandonada a favor da biblioteca com salas em plano aberto para acesso directo do público e do pessoal, funcionando num só piso, para obviar aos problemas de comunicação. Agora, os vãos corridos de estantes são substituídos por conjuntos de estantes em livre acesso, tornando a relação com o livro mais flexível, mas ao mesmo tempo mais complexa¹¹. No sentido em que as zonas de trabalho passam a ser demarcadas apenas pela disposição ou modulação do mobiliário e estantes. Portanto, esta filosofia de utilização do espaço comporta uma maior flexibilidade, mas agrava as interferências de ruído entre zonas. Este novo modelo de biblioteca, preferencialmente, a funcionar num só piso, assemelha-se às grandes secções de armazéns ou dos supermercados modernos, os quais começaram a surgir nos novos espaços urbanos dos anos 70 e, portanto, exigindo grandes áreas para construção.



CORTESIA VARELA PÉCUNTO

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A semelhança é deliberada. Agora a *biblioteca de plano aberto*, tal como o supermercado, deve constituir-se como um edifício pensado para o armazenamento e a distribuição dos produtos, oferecendo a possibilidade da escolha directa de documentos e de consulta de informação. Ir à biblioteca deve ser tão simples e natural como ir todos os dias ao supermercado efectuar compras. É que o desenvolvimento económico ao implicar a alteração dos hábitos de consumo das sociedades trouxe, paralelamente, implicações na relação entre a sociedade e os bens culturais. Estes tendem a ser mais partilhados por todos, de acordo com a concepção dos vários movimentos sociais que abalam as sociedades industrializadas do final da década de 60, pelo que, as bibliotecas enquanto pólos difusores de cultura têm de encontrar uma nova linguagem de apreensão do espaço para prestarem um outro serviço. Foi na arquitectura do espaço aberto que se encontrou a expressão própria para esse outro serviço. Entretanto, as alterações ao nível da concepção do espaço são acompanhadas por novas orientações ao nível das técnicas de gestão de biblioteca. A verdade é que agora a gestão tem de ser orientada mais para a difusão da informação, secundarizando a vertente da conservação e implicando, pois, uma maior participação e mobilização dos recursos humanos nas tarefas de tratamento técnico e atendimento do público. Em consequência, podemos afirmar que a crescente necessidade de recorrer à valorização e especialização do pessoal técnico intermédio, habilitou-o, simultaneamente, para um maior peso e protagonismo no processo de tomada de decisão pelo bibliotecário.

Anteriormente, a arquitectura funcionalista havia estabelecido um corte, a partir dos anos 30, com a tradição arquitectónica do início do século. Em breve, porém, a arquitectura dirigida à função é considerada monótona e tediosa. O desejo de uma maior diversidade e expressividade, bem como, o conceito de qualidade de vida, tornam-se prementes e aspiram a encontrar uma linguagem própria. O pós-modernismo arquitectónico emerge deste contexto e caracteriza-se também por restaurar as ligações com a história da arquitectura. Por isso, além de recuperar um vocabulário tradicionalmente rico, irá, sobretudo, proceder à recuperação e aplicação das formas clássicas da arquitectura, como é o caso das colunas e dos frontões dos templos antigos que surgem agora profusamente aplicadas nos novos edifícios.

O espírito pós-modernista é ainda responsável pela atenção, compreensão e recuperação do património arquitectónico. A atenção ao antigo permite pensar a reutilização — o *pastiche* é permitido — dos edifícios antigos, de modo a integrá-los no meio que os circunda. O respeito pelo «espírito do lugar» é importante e procura ser uma característica dos novos edifícios.

Por isso, é desejável a utilização de materiais tradicionais na construção do edifício.

A arquitectura pós-moderna é também responsável pelo ressurgimento do interesse pela forma e expressão inerentes ao edifício, a juntar à sua funcionalidade, não só em termos práticos, mas também simbólica e psicologicamente. Daí que o elemento galeria, por exemplo, seja recuperado e passe a ter outra expressão. Ilustra o que acabamos de dizer a adaptação de um edifício do século XVIII, onde outrora funcionou uma antiga cadeia, encontramos hoje a Biblioteca Municipal do Crato. Neste edifício adaptado agora à função biblioteca, encontramos um exemplo claro das virtualidades da linguagem arquitectónica contemporânea e, ao mesmo tempo, encontramos recuperado o elemento galeria.

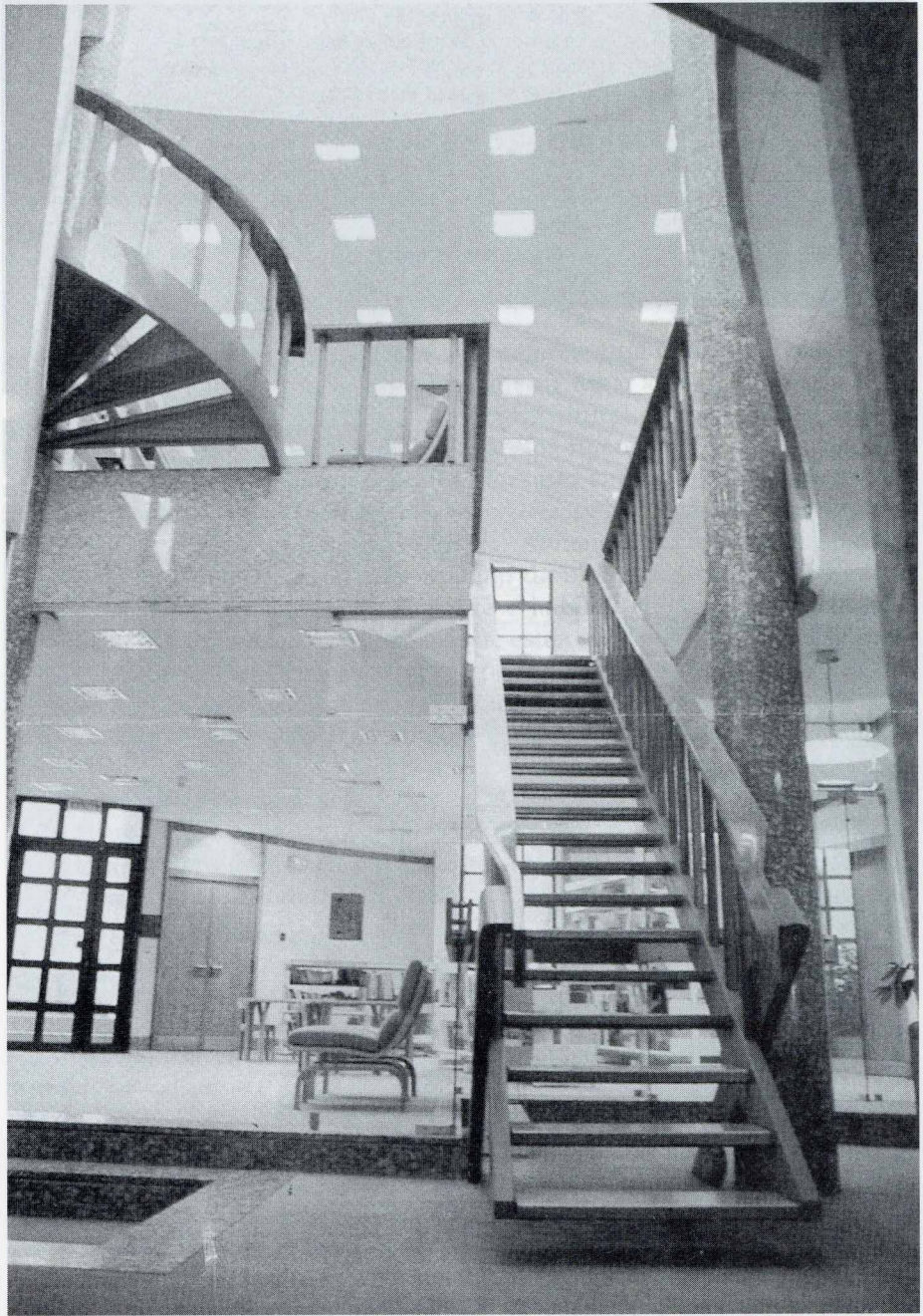
Não menos importante são as variações do espaço estabelecidas entre as grandes e as pequenas salas, entre o alto e o baixo, entre o simétrico e o assimétrico.

A ideia de pós-modernidade quando transposta para o domínio das bibliotecas coloca, também, a ênfase no carácter apelativo do edifício, ao mesmo tempo que o seu interior procura transmitir uma sensação de vitalidade, quer ao nível dos espaços, quer ao nível da decoração produzida, de modo a conjugar-se o ambiente com a vitalidade e poesia emanadas das estantes. Em suma, os novos serviços de biblioteca pretendem encontrar no elemento arquitectónico um suporte que ajude a transmitir para o exterior uma imagem de dinâmica, pois pretendem assumir-se como pólos visíveis de cultura no limiar do século XXI.

Para um novo modelo de gestão de biblioteca

Caracterizada ainda que em linhas gerais, a «revolução silenciosa» que ocorre um pouco por todo o país, ao nível do espaço biblioteca, mais precisamente no que respeita à arquitectura das mesmas, urge agora analisar e transformar a gestão dos serviços de biblioteca. Esta sim, será a chave para consolidar a mudança, pois exigirá a intervenção e o empenhamento dos bibliotecários. Estes têm de adoptar e implementar métodos de gestão verdadeiramente profissionalizados, em consonância com as necessidades e preferências dos utilizadores destes serviços.

Com efeito, estudos recentes indicam que a relação entre bibliotecários e gestão levanta alguns problemas. Um projecto levado a cabo na Noruega, em 1990, pelo *Directorate of Public and School Libraries*, e orientado para bibliotecários responsáveis pela gestão de bibliotecas municipais, revelou



CORTESIA O INDEPENDENTE

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CRATO



CORTESIA «BIBLIOMÉDIA»

BIBLIOTECA MUNICIPAL ROCHA PEIXOTO
PÓVOA DO VARZIM

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CRATO

FOTOGRAFIA: O. ALBUQUERQUE

alguns dados que merecem uma reflexão atenta¹². Ou seja, os bibliotecários não surgem particularmente reconhecidos como líderes. Relatórios internacionais mostram que os bibliotecários têm dificuldade em assumir o papel do gestor com tudo aquilo que ele implica, envolvendo a responsabilidade pelas decisões tomadas, delegando autoridade e a responsabilidade pela orientação do pessoal a seu cargo. Por outro lado, demonstram uma enorme relutância em prescindir do seu papel como profissionais especialistas, ainda que tenham trabalho de gestão a requerer o seu empenhamento.

Também os responsáveis autárquicos referem que muitas vezes o bibliotecário não consegue entender o verdadeiro lugar que a biblioteca deve ocupar enquanto parte integrante do sector cultural do município. Por isso, ele deveria dedicar mais tempo aos aspectos financeiros e aos sinais políticos da gestão local¹³. Existe, ainda, a sensação entre os seus superiores de que muitos dos bibliotecários responsáveis pela gestão das bibliotecas municipais estão, na maior parte dos casos, mais preocupados em manter ou elevar o nível técnico de desempenho da biblioteca, mesmo que haja a necessidade de uma maior criatividade e habilidade para encontrar soluções alternativas, pois nem sempre o que está certo em termos profissionais é necessariamente possível em termos políticos. Por outro lado, as relações com o público parecem ser melhores quando a biblioteca e os seus responsáveis estão preocupados e envolvidos com outros departamentos municipais.

É hoje reconhecida a necessidade da biblioteca se virar para o exterior para conseguir promover os serviços por ela prestados. Todavia, uma grande maioria do pessoal das bibliotecas considera que o responsável pela biblioteca é muito modesto e insuficientemente criativo, e não raras vezes pouco agressivo em relação aos políticos locais e aos autarcas. Facto a que não será estranha a caracterização do bibliotecário como um profissional introvertido, sobretudo, quando em comparação com outros gestores locais. Existe o desejo de ver o bibliotecário mais envolvido na vida pública local, através de uma maior colaboração com as organizações e sociedades locais.

Há ainda o desejo por parte da equipa técnica da biblioteca de viver uma política de gestão mais personalizada e melhor protagonizada pelo bibliotecário. A habilidade em comunicar é uma qualidade pessoal que é passível de ser desenvolvida em termos individuais, sendo necessário instilar por ela a confiança requerida pelo pessoal da biblioteca. Impõe-se, pois, uma maior atenção à equipa técnica do serviço, quer em sentido pessoal, quer em sentido profissional. A verdade é que um serviço de

leitura pública levanta problemas próprios, em termos de gestão de pessoal, pois implica, não raras vezes, relações complexas entre a biblioteca central, os anexos e a biblioteca itinerante. O envolvimento e o diálogo com os responsáveis locais são decisivos, além do obstáculo geográfico e dos horários de trabalho, que implicam maiores expectativas de informação por parte do pessoal envolvido.

Reconhecendo as dificuldades que se colocam ao nível da gestão, o *Directorate of Public and School Libraries*, estabeleceu três grandes objectivos a serem concretizados em termos de formação, quer pelos cursos de formação superior em Biblioteconomia, quer pelos cursos dirigidos para os técnicos-adjuntos, a saber: primeiro, o bibliotecário municipal deve tornar-se um profissional inclusive no seu papel como gestor; segundo, o bibliotecário deve desenvolver um perfil adequado ao seu estatuto enquanto gestor local, nunca esquecendo que a biblioteca se insere num contexto municipal mais vasto; terceiro, a organização interna e a melhoria da formação do pessoal deve constituir uma prioridade absoluta¹⁴.

É reconhecido que o sector público não tem tradição de uma gestão profissional. Leva tempo e exige um treino sistemático a familiarização com as técnicas de gestão, no sentido de desenvolver uma tradição que transforme os procedimentos e obedeça a uma gestão por objectivos.

Por outro lado, é fundamental ter consciência de que num país onde os hábitos de leitura são reduzidos e onde não existe uma tradição forte de leitura, consequentemente, o serviço social que as bibliotecas prestam não é na maior parte dos casos reconhecido, logo as dificuldades na atribuição de orçamentos adequados tendem a acontecer. Por isso, os serviços de biblioteca devem ser planeados de modo a que funcionem com um mínimo de pessoal possível. Só assim se pode combater ou reduzir o volume maior de despesas fixas, o qual ocorre, precisamente, na área de pessoal. Todas as funções devem ser pensadas de modo a poder ser possível movimentar pessoal de um serviço para outro. O que significa que o utilizador deve servir-se ou ser facilmente servido, portanto os circuitos técnicos devem ser o mais racionais possível.

Com efeito, vivemos uma época em que a crise do Estado-Providência¹⁵ é uma realidade no plano político e no plano social. E, por outro lado, a crise da economia nacional e os seus efeitos no sistema público de bibliotecas, implicará a tomada de medidas ao nível da gestão para fazer face às dificuldades que se anunciam. A recessão económica implica, entre outras medidas, a reconsideração das estruturas existentes. Para se evitar que as disponibilidades orçamentais para adquirir livros, periódicos e outro tipo de documentos diminuam, terá que se reduzir ao máximo os custos fixos

com pessoal. A redução das despesas administrativas requer não só afirmação em termos de liderança, mas também consistência e competência na tomada de decisões de política biblioteconómica. Uma destas medidas é a de contratar fora serviços. Por exemplo, a prestação de serviços por empresas especializadas na limpeza e manutenção das instalações, a entrega a privados da exploração de serviços de cafetaria, etc. Inclusive, o recurso ao serviço de pessoas qualificadas no sector da cultura e que enquadradas no âmbito de outras instituições como as universidades ou outro tipo de instituições de ensino, podem colocar os seus conhecimentos ao serviço da estruturação e implementação de projectos de âmbito cultural. O contributo intelectual destas pessoas pode ser conseguido através da contratação de serviços bastante concretos. É o caso do planeamento de colóquios e conferências, a publicação de revistas, etc. Deste modo, evita-se e supre-se as tradicionais carências em pessoal qualificado no seio da autarquia. O funcionamento em rede deve ser uma realidade entre todas as instituições ou pessoas que integram a sociedade e não só um funcionamento específico entre bibliotecas. Havendo que implantar no terreno acções concretas que vinculem, pontualmente, instituições e pessoas que funcionam segundo o modelo centralizador e hierarquizado da função pública.

É claro que estas mudanças ao nível da gestão das bibliotecas passam pela compreensão do contexto social em que estas se inserem. Esta reflexão tem sido efectuada nos países nórdicos, cujos serviços de biblioteca, influenciados pelo sistema anglo-americano e apoiados numa política cultural dinâmica e continuada no tempo, desenvolveram uma das redes de bibliotecas mais sofisticadas do mundo. Acompanhadas, naturalmente, de elevadíssimos índices de leitura.

Desde 1988 que tem sido levado a cabo um estudo, cujo grande objectivo é mostrar como a capacidade produtiva das bibliotecas é influenciada por variações nas estruturas políticas e sociais, económicas e culturais, conjuntamente, com o orçamento de que dispõem em termos de recurso-distribuição.

É claro que os objectivos globais para as bibliotecas públicas nos países nórdicos passam pelos fins atribuídos pela lei¹⁶. O como é que esses objectivos são atingidos na prática, é decidido localmente, e muitos factores influenciam a forma como a lei é interpretada pelas bibliotecas e municípios.

Porém, a pergunta hoje sobre o sentido do papel da biblioteca na sociedade é cada vez mais fundamental. O debate tem sido vivo e diversificado, atingindo muitas vezes uma dimensão de radicalidade, pois considera-se que ela constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento e coe-

são social. Relaciona-se, ainda, a política na área das bibliotecas com a política de educação, a política cultural e de informação, articulada com a economia e o princípio da gratuidade¹⁷.

Outros problemas que merecem reflexão prendem-se com o papel central do livro como mediador do conhecimento e da experiência; a diversidade e a qualidade dos suportes em que se apresenta a informação; os *target-groups* ou *segmentos-alvo*¹⁸ da biblioteca; discussão ainda sobre a igualdade social, a democracia, e o papel pedagógico e social da biblioteca ao nível local. Tradicionalmente a biblioteca colabora com o sector educativo, mas existem outros sectores com os quais ela deve também trabalhar, nomeadamente, os grupos sociais que integram a população activa.

Há pois que relançar o debate sobre estas e muitas mais questões, à medida que o desenho da rede de bibliotecas se vai constituindo.

A atenção ao novo ou a tecnologia como recurso de gestão

É fundamental, hoje em dia, o recurso à automatização das bibliotecas para cumprir, eficazmente, funções tão diversas como as aquisições, a catalogação e o empréstimo dos documentos.

A função do catálogo na biblioteca pública é bastante distinta, por exemplo, de uma biblioteca especializada que funcione em acesso indirecto. Entre os grandes princípios de funcionamento de uma moderna biblioteca de leitura pública há que considerar dois em particular, a saber: o empréstimo domiciliário e o livre acesso às estantes. A verdade é que, dentro deste ambiente de funcionamento, a preocupação do bibliotecário é a de estabelecer o máximo de comunicação entre os utilizadores e os recursos documentais que a biblioteca disponibiliza, de forma a que as suas necessidades de informação sejam facilmente satisfeitas, através dos recursos que a biblioteca organizou, com vista a um máximo de exploração. Portanto, o problema da comunicação é um problema vital, não só na biblioteca mas e, sobretudo, da sociedade pós-moderna em que ela se insere.

Encontraremos razão para a frequência da biblioteca pública, na imagem de marca que esta deve construir se for orientada no sentido de: primeiro, o utilizador sabe que a biblioteca pública é um espaço de conforto e de autonomia individual; segundo, o utilizador sabe que a biblioteca se especializou na criação de ferramentas ou instrumentos que respondam às suas necessidades de documentação e informação. Quais são essas ferramentas? O desenvolvimento de programas de sinalização adequada dos espaços da biblioteca; a sinalização eficaz e precisa de estantes e prateleiras das salas

de leitura ao público; a disponibilização de classificações, bibliografias e catálogos, convencionais ou acessíveis por intermédio das novas tecnologias da informação.

A tecnologia da leitura óptica

Uma tecnologia que urge implantar e generalizar pelas novas bibliotecas é, precisamente, a leitura óptica, dadas as vantagens que pode trazer para uma análise do volume e natureza dos empréstimos que a biblioteca efectua, bem como, a forma com é gerido o espaço de prateleira que esta dispõe. Ainda aqui é fundamental que as escolas de Biblioteconomia saibam acompanhar os conhecimentos que a Gestão de Empresas vai desenvolvendo. Senão vejamos: o, supermercado, símbolo da abundância das famílias americanas, é hoje um campo de batalha das guerras de informação que acontecem no mundo dos negócios¹⁹. Um dos recursos que mostra a importância e, simultaneamente, justifica a necessidade de um olhar atento ao que se passa no mundo do comércio das grandes superfícies é, entre outros, o aparecimento e a difusão nestas da tecnologia da leitura óptica.

Alvin Toffler relata-nos que foi, em meados dos anos 60, que uma pequena comissão de retalhistas, grossistas e fabricantes de artigos de mercearia se reuniu com empresas como a IBM, a NCR (National Cash Register) e a SWEDA, para discutirem os problemas que se colocavam na utilização dos supermercados, como são as filas de espera nas caixas e erros nas contas.

A possibilidade de codificar os produtos e a partir daí utilizar os computadores para proceder a uma leitura automática dos códigos representava a possibilidade de experimentar um mundo significativo. Na sequência, em 1973, é criado um código padrão denominado «Código Universal dos Produtores» ou «Código de Barras»²⁰. Hoje a codificação de barras tende a universalizar-se, pois ela permite transferir informação para quem necessita de a ela recorrer. Mais do que diminuir o tempo de espera dos consumidores nas caixas ou evitar os erros nas caixas, é agora possível controlar a existência de milhares de produtos e acompanhar as suas vendas, custos, preços, localização, fluxo de tráfego, etc. Em suma, recolhem-se enormes volumes de dados, os quais ajudam a gerir o espaço de prateleira a eles destinado.

Em termos do suporte lógico informático é já possível encontrar aplicações específicas para «gestão de prateleira» e «modelos de espaço», para ajudar à decisão em termos de aquisições e do correspondente espaço,

quer em termos de armazenamento, quer em termos de localização na prateleira.

Está-se hoje em posição de controlar o fluxo de dados proveniente do consumidor e, ao mesmo tempo, há a possibilidade de influenciar a informação dirigida ao cliente.

Também aqui há muito que aprender no que respeita à gestão do espaço de prateleira, quer nas salas de leitura, quer nos depósitos da biblioteca. Sendo, porém, indispensável que as bibliotecas dêem, previamente, o salto da informatização, quer do módulo catálogo, quer do módulo empréstimo.

A prateleira electrónica ou prateleira inteligente

A novidade será, em breve, a criação do supermercado inteligente, o qual consiste em utilizar a aresta da prateleira como expositor luminoso de cristal líquido com leitura digital de preços. Esta nova tecnologia permitirá ao estabelecimento mudar o preço de produtos automática e instantaneamente. «Os preços poderão cair rapidamente para produtos que estão a ter uma venda lenta, subir para os muito procurados, subir e descer continuamente numa reacção em tempo real à oferta e à procura»²¹.

E o passo seguinte é o da prateleira inteligente, ou seja, a prateleira electrónica poderá fornecer aos consumidores informação nutricional e de preços, através de um contacto digital com uma tecla. Além de se poder vir a extrair informação sobre os produtos que são mais manipulados e das prateleiras que são mais tocadas.

Imaginemos esta tecnologia a ser aplicada em grandes bibliotecas. Ela será fundamental para a gestão do espaço de arrumação, quer nas salas de leitura, quer nos depósitos, permitindo assim ir directamente ao encontro das necessidades dos utilizadores. No futuro, com o recurso à prateleira inteligente será possível, a todo o momento, analisar a informação produzida por parte do utilizador dos serviços e relativa a um determinado conjunto de documentos e, em consequência, proceder à reposição de mais documentos desses em tempo útil e, por último, proceder à encomenda automática dos mesmos, caso se justifique, e tudo em tempo real.

Contributo da robótica para a gestão dos documentos em depósito

A robótica é uma tecnologia que pode contribuir, também ela, para uma mudança significativa da realidade biblioteconómica. Com efeito, sempre

que necessitamos da entrega rápida de quantidades consideráveis de documentos a partir de um grande depósito, a realidade actual aponta para o contributo desta tecnologia na resolução desses problemas.

Esta tecnologia está a ser utilizada com êxito, desde 1991, nas novas instalações da Biblioteca Municipal de Bordéus. Em resultado da quantidade e qualidade dos seus fundos e, bem assim, da sua dimensão e dos serviços que propõe, a Biblioteca de Bordéus é considerada a primeira biblioteca francesa deste tipo e a quinta da Europa no género. A qual é estruturada por onze pisos e alberga 1,2 milhões de documentos. Em termos de investimento, podemos dizer que num investimento global de 200 MF para a construção do edifício, mobiliário e informática, o desenvolvimento de um sistema original no domínio da robótica aplicada a bibliotecas como é este, representou dez por cento do investimento total.

A verdade é que este projecto se iniciou em 1983, com vista a facilitar a gestão dos documentos em depósito e melhorar o serviço de consulta local e de empréstimo de documentos. O princípio consistiu em aliar a robótica a uma técnica já aplicada na indústria, o chamado transarmazenamento. Após a realização de um estudo de viabilidade de parceria entre uma sociedade local e o município, este entregou a concepção e realização do sistema automático a uma empresa local. Este sistema encaminha os documentos de um depósito que contém os documentos conhecidos como mais facilmente solicitados, para os diferentes pisos e salas de leitura.

Para o efeito, os documentos armazenados em depósito estão munidos de uma etiqueta de código de barras para lhes servir de identificação. Por sua vez, a obra é acondicionada numa bolsa plástica e arrumada numa estrutura do tipo estante. Um computador permite a gestão física do depósito por recurso à leitura óptica de código de barras.

Logo que alguém solicita um documento num banco de empréstimo, o computador verifica se este se encontra em depósito. O comando é transmitido ao computador, para que este localize a posição física do documento no depósito, por intermédio da leitura do código de barras. Uma vez localizado o documento, são transmitidas aos equipamentos mecânicos ordens, no sentido de permitir levar o transarmazenador perante a bolsa onde se encontra arrumado o documento pedido e trazê-lo junto ao banco de empréstimo, através dum carro locomovido e transportado em ascensor. O retorno efectua-se pelo mesmo processo, mas em sentido inverso.

O recurso à robotização pode justificar-se em grandes bibliotecas e, concretamente, para reduzir tempos de espera no acesso aos documentos mais solicitados e armazenados em depósito. É o caso da Biblioteca Municipal de Bordéus, onde, as obras mais pedidas entre os 1,2 milhões de

volumes que a biblioteca conserva, são 150 mil volumes que se encontram neste depósito automatizado, enquanto os restantes documentos permanecem em depósitos convencionais.

E os resultados são excelentes, pois o tempo de resposta é da ordem de 5 a 10 minutos, podendo o sistema fazer sair 240 documentos por hora. O acondicionamento em bolsas plásticas suspensas e a arrumação em estruturas do tipo estantes simplificadas, permite a climatização e o controlo do grau de humidade nos depósitos, bem como, uma conservação dos documentos nas melhores condições.

Portanto, a melhoria do serviço prestado aos utilizadores, através da redução do tempo de espera no acesso aos documentos nas salas de leitura é já uma realidade por recurso à robótica, a qual permite: a diminuição e simplificação do trabalho dos técnicos que trabalham nos depósitos, com a diminuição das tarefas de manutenção que são rotineiras e monótonas, e uma diminuição relativa do tempo de comunicação.

Esta inovação tecnológica no domínio da comunicação de documentos é passível de ser aplicável ao material não livro (discos compactos, videocassetes, etc.). No caso da rede de leitura pública, esta tecnologia pode ser aplicada com vantagens, para as bibliotecas que recebam o depósito legal e acumulem as funções de bibliotecas de reposição, e que o futuro investimento no desenvolvimento harmonioso da rede de leitura pública, inevitavelmente, levará à sua constituição.

Conclusão

Mais do que um edifício a biblioteca é uma organização do serviço e, conseqüentemente, a presença do bibliotecário é fundamental em todo o processo de concepção e de gestão do equipamento biblioteca.

As alterações na concepção da arquitectura e do espaço biblioteca implicam novas orientações ao nível das técnicas de gestão deste equipamento. Aliás, podemos afirmar que o problema do espaço é um dos problemas magnos da Biblioteconomia.

Terminamos afirmando que as novas realidades do saber que afectam, positivamente, as bibliotecas de leitura pública, exigem, cada vez mais, uma alteração significativa no perfil do bibliotecário. Ou seja, as exigências proporcionadas pela necessidade de planear e equipar as bibliotecas, as novidades constantemente anunciadas pela tecnologia (telemática, robótica, informática e os novos suportes da informação), aliadas a uma dinâmica de gestão que se sujeita a uma constante avaliação dos serviços, ditarão a

necessidade de construir um perfil de bibliotecário vocacionado para uma competência *performativa* do seu desempenho profissional. No sentido em que, este tem de possuir um saber (consciência, desempenho técnico e uma deontologia profissional²²), cada vez mais orientado para o mundo essencialmente *mediático* que é a cultura e, como tal, exigindo uma formação biblioteconómica tendencialmente dirigida para o que, Claude Mollard, designou de *engenharia cultural*. Entendida a engenharia cultural como um saber *performativo*, no qual se unem, simultânea e inseparavelmente, o *saber-fazer* (se aceitarmos definir deste modo a engenharia) do *fazer-saber*. Só deste modo, os utilizadores do equipamento biblioteca serão levados a reconhecer a qualidade dos serviços prestados por esta, ou seja, se a biblioteca souber promover para o exterior a qualidade dos serviços que desenvolve²³.

A construção deste novo perfil de bibliotecário, exige da Universidade uma atitude pós-moderna no que respeita à promoção do diálogo entre os saberes. Com efeito, e para além de uma formação sólida nas disciplinas tradicionais da Biblioteconomia, é fundamental promover nos Cursos de Ciências Documentais, o diálogo com outros saberes tão importantes como: a Gestão (finanças, *marketing* e gestão de *stocks*), Direito Administrativo, Comunicação, Gestão de Projecto de Arquitectura e de Artes, e, claro, prática corrente da Informática Documental e, em particular, da Telemática, para além do domínio e prática do Inglês. Tudo orientado para suscitar atitudes no sentido de conceber, redigir e organizar projectos de raiz cultural no espaço biblioteca. É que a evolução do conceito de biblioteca implica e «ultrapassa os paradigmas científicos, relativiza, sem eliminar, a diferença de cada abordagem e solicita o encontro dialógico das especialidades. Por isso, a ciência, na Faculdade de Letras, deve seguir o *princípio da interdisciplinaridade*»²⁴, pois só deste modo se pode esperar a mudança na imagem pública da Biblioteca, ou seja, se o bibliotecário dominar novas competências técnicas e as conseguir protagonizar.

Notas

¹ Cf., o Art. 2.º, 1 h), do Dec.- Lei n.º 100/84.

² Cf., D. R., II série, n.º 77, Desp. 23/86 que cria o grupo de trabalho coordenado pela Dr.ª Maria José Moura, e que produziu o documento «Programa de Leitura Pública», com as medidas técnicas de orientação referidas.

³ Jean-François LYOTARD, *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Éditions de Minuit, 1983, p. 11.

⁴ IDEM, *op. cit.*, p. 12-13.

⁵ Gianni VATTIMO, *Postmodernidad: una sociedad transparente?* In «En torno a la postmodernidad», Barcelona: Anthropos, 1991, p. 17.

⁶ Godfrey THOMPSON, *Planning and design of library buildings*. London: Architectural Press, 1984, p. 18.

⁷ AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, *Minimum standards for public library services*. Chicago: ALA, 1966, citado por Thompson, *op. cit.*, p. 9.

⁸ Boaventura Sousa SANTOS, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 197.

⁹ Cf., Hipólito ESCOLAR, *Historia de las bibliotecas*. 3.ª ed., Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990, p. 371-373.

¹⁰ SWEDISH NATIONAL COUNCIL FOR CULTURAL AFFAIRS, *The library of the 80s*. Gotemburgo: SNCCA, 1990, p. 5.

¹¹ Cf., IDEM, *ibidem*.

¹² Cf., Ramveig EIDET, «Management training for chief librarians — does it produce results?» *Scandinavian Public Library Quarterly*, Estocolmo, 25 (2) 1992, p. 8-9.

¹³ Cf., IDEM, *ibidem*.

¹⁴ Cf., IDEM, *op. cit.*, p. 11.

¹⁵ Concordamos com a visão sociológica de Boaventura Sousa Santos, sobre a sociedade portuguesa, nomeadamente, quando afirma que o Estado português não é um Estado-Providência em sentido técnico, pois: «[...] as políticas sociais não são adequadamente realizadas (por exemplo, cria-se um serviço nacional de saúde mas não se dota de recursos financeiros adequados) [...]» in Boaventura Sousa SANTOS, *op. cit.*, p. 63-64.

¹⁶ Para um conhecimento preciso sobre a legislação de bibliotecas públicas nos países nórdicos veja-se: *Scandinavian Public Library Quarterly*, Estocolmo, 27 (1) 1994.

¹⁷ Cf., Brigitta AURÉN, «Public libraries in the nordic countries: a comparative study», *Scandinavian Public Library Quarterly*, Estocolmo, 25 (2) 1992, p. 5.

¹⁸ Entendem-se por *segmentos-alvo* as características comuns a um grupo homogéneo e que o levam a reagir da mesma maneira face a um serviço (estímulo), exemplo: idade; sexo; meio (rural ou urbano); nível económico-social; instrução, etc.

¹⁹ Alvin TOFFLER, *Os novos poderes*. Lisboa: Livros do Brasil, 1991, p. 114.

²⁰ Cf., IDEM, *op. cit.*, p. 117.

²¹ Cf., IDEM, *op. cit.*, p. 123.

²² Para um contributo sobre o sentido e o significado actual da profissão de bibliotecário, Cf.: Maria Teresa MENDES, «O bibliotecário e a sua circunstância», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 34, 2.ª parte, 1979.

²³ Claude MOLLARD, *Profession: ingénieur culturel*. Paris: NDLR, 1989, p. 12.

²⁴ Miguel Baptista PEREIRA, «Considerações sobre a dimensão científica da Faculdade de Letras», *Biblos*, Coimbra, 59, 1983, p. 20.